



TRAGÉDIA NO SUL

Pimenta reconhece divergência com Leite

Em entrevista a influenciadores de esquerda, ministro aponta discordâncias com governador sobre enfrentamento da crise no Sul

» RENATO SOUZA

O ministro Paulo Pimenta, que assumiu o Ministério Extraordinário de Apoio ao Rio Grande do Sul, deixou claro que há divergências entre ele e o governador gaúcho, Eduardo Leite (PSDB), com relação ao planejamento para atender à população do estado. O ministro citou, como exemplo, o projeto do governador de construir quatro cidades provisórias para alojar as famílias que tiveram as casas destruídas ou que não poderão voltar aos seus lares no curto prazo. Pimenta é pré-candidato declarado ao governo do Rio Grande do Sul, e aliados de Eduardo Leite acreditam que ele poderá ganhar força eleitoral se tiver protagonismo à frente das ações federais de enfrentamento da crise decorrente do desastre ambiental.

"Surgiu, agora, o debate das tais cidades transitórias. A ideia seria (instalar) quatro grandes cidades transitórias, com possibilidade de cada uma delas ter até 7,5 mil pessoas. Isso é maior do que a grande maioria das cidades do Brasil. Temos outra concepção sobre isso, outra ideia", disse Pimenta.

Pimenta prevê que as divergências com o governador devem se acirrar nas próximas semanas. "Esse é o grande debate, como o poder público oferece dignidade e condição para que as pessoas façam uma transição adequada até chegar o momento de voltarem a ter uma casa. E aí, há visões diferentes, concepções distintas, que vão aflorar de forma muito intensa a partir dos próximos dias", declarou.

Citando diretamente o governador, Paulo Pimenta afirmou que é necessário pensar em um projeto de sustentabilidade ambiental, levando em consideração as mudanças climáticas no plano de reconstrução. O ministro destacou que algumas pessoas podem ficar impedidas de retornar para as áreas que ocupavam, quando a inundação terminar, pois serão áreas destruídas ou

Maurício Tonetto/Palácio Piratini



Eduardo Leite e o ministro Paulo Pimenta, em visita a um abrigo público, em Porto Alegre: "Visões distintas vão aflorar de forma muito intensa"

com riscos de novos alagamentos.

"Leite falou que precisamos de um plano Marshall. Eu tenho falado desde o início, chamo de plano RS, plano de recuperação sustentável. Temos que incluir o tema socioambiental na discussão do projeto futuro, tanto da recuperação da infraestrutura, quanto da atividade econômica do estado", disse.

Apesar das declarações, ele minimizou o confronto político, afirmando que o governo Lula "não fará o jogo da disputa pequena neste momento". Ele destacou que vai dialogar tanto com o governo do estado quanto com os prefeitos, mesmo que façam parte de correntes políticas de oposição. As declarações ocorreram em entrevista ao canal *Barão*

do *Itararé* no YouTube e a veículos de comunicação e influenciadores de esquerda.

Outro tema abordado pelo ministro foram as fake news e a desinformação espalhada pelas redes sociais. "Fomos levar filtros para fazer com que a água da chuva seja limpa e potável para beber. Eu e a (primeira-dama) Janja (da Silva) tomamos a água. Pegaram o vídeo, cortaram a parte em que a gente bebia e dissearam que o filtro não funcionava, que a gente não queria tomar. Tudo que eu receber e avaliar que é crime vou encaminhar à Polícia Federal. Você percebe que é uma coisa organizada, planejada. São as mesmas pessoas. Na medida em que o governo federal começou a responsabilizar algumas

pessoas, as fake news se viraram contra mim", disse ele.

Gestões anteriores

O ministro Paulo Pimenta criticou, sem citar nomes, as gestões de Michel Temer (MDB) e de Jair Bolsonaro (PL) na Presidência da República e disse que não investir na infraestrutura de prevenção no Rio Grande do Sul "foi uma opção". "Nós tivemos uma enchente maior que a de 1941, em torno de 70%. Em algumas cidades, a água passou por cima do dique, em outras, o dique rompeu. Das 23 bombas de Porto Alegre, apenas duas funcionaram. Essas bombas são dos anos 1970. Seria como se cada um de nós aqui tivéssemos um Corcel 75, uma Brasília 76.

Quando estraga uma peça, não existe outra", disse ele.

"No governo Dilma, essa região teve sete projetos aprovados para prevenção de enchentes e proteção de encostas". Segundo ele, após o impeachment de Dilma, o estado "não recebeu mais um centavo para prevenção de enchentes e segurança de encostas". "Existe toda uma lógica para se ter chegado até isso. Ocorreram opções de não investir em prevenção, em estudos ambientais", ressaltou.

Novas bombas

Paulo Pimenta destacou que o governo federal está articulando com os demais estados o envio de bombas para retirar a água



Surgiu, agora, o debate das tais cidades transitórias. A ideia seria (instalar) quatro grandes cidades transitórias, com possibilidade de cada uma delas ter até 7,5 mil pessoas. Isso é maior do que a grande maioria das cidades do Brasil. Temos outra concepção sobre isso"

Paulo Pimenta, ministro extraordinário de Apoio ao RS

acumulada nos bairros da Grande Porto Alegre para, posteriormente, avaliar com mais precisão o tamanho do estrago provocado pelas enchentes.

"O que nós temos hoje são milhões de metros cúbicos dentro da Região Metropolitana, em que o dique virou uma contenção para a água não sair. Então, o governo federal mobilizou um grande esforço das Forças Armadas e do nosso processo direto para colocar bombas para retirar a água. Conseguimos 20 bombas de São Paulo e oito do Ceará, trazidas pelas Forças Armadas. Estamos trazendo tudo isso para o Rio Grande do Sul fechar os diques. Tem previsão de chuva para a semana que vem", alertou Pimenta.

Ajuda de até R\$ 7,6 mil para quem teve prejuízo na enchente

Cada família atingida pelas enchentes no Rio Grande do Sul poderá receber até R\$ 7,6 mil em benefícios que foram anunciados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo governador Eduardo Leite, na semana passada. No âmbito federal, o Poder Executivo assegurou que o valor de R\$ 5,1 mil será enviado para famílias que foram atingidas pelas inundações. O governo está chamando o programa de Auxílio Reconstrução. A transferência será realizada via Pix pela Caixa Econômica Federal.

O governo estadual, por sua vez, anunciou a ampliação do programa Volta por cima, para atender a quem teve a residência afetada pelos fenômenos climáticos. O programa repassa para cada família R\$ 2,5 mil por meio de um cartão magnético. Os recursos poderão ser sacados nas instituições bancárias após serem aprovados para uso das vítimas que estão desalojadas ou desabrigadas. No entanto, esse valor é para quem está inscrito no Cadastro Único (CadÚnico),

com renda de até R\$ 218 por pessoa que vive na residência.

As famílias que recebem até três salários mínimos e estão cadastradas no CadÚnico receberão R\$ 2 mil, repassados via Pix. O valor de R\$ 2 mil tem origem em doações feitas por brasileiros, também por meio da chave Pix divulgada pelo governo do estado, ou seja, não se trata de dinheiro público. Por isso, a burocracia para liberar o dinheiro será menor. O cadastro prévio das famílias será feito pelas secretarias estaduais.

No caso do auxílio anunciado pelo governo federal, o critério é que a pessoa comprove que sua residência foi atingida pela água. O cadastro das famílias a serem atendidas começa nos próximos dias. Os recursos serão destinados à compra de móveis e eletrodomésticos emergenciais e para realizar reparos nas residências que ainda podem ser recuperadas. No entanto, está em avaliação a possibilidade de compra, por parte do governo, de imóveis

AFF



Moradores tentam salvar móveis e equipamentos da inundação: dinheiro ajudará a comprar o que foi perdido

— que podem ser casas e apartamentos novos ou usados — para assentar quem perdeu tudo.

Voos para Canoas

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) liberou a Base Aérea de Canoas para receber voos comerciais. As viagens aéreas para a região mais afetada pelas chuvas estão suspensas em razão dos danos no Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre. O terminal continua inundado pela água, e a empresa que administra o espaço acredita que pode levar meses para recuperar as estruturas aeroportuárias e voltar a operar após a drenagem da água.

Com a autorização, a base deve receber escadas móveis para descida de passageiros, aparelhos de raio-X e outros itens essenciais para a aviação civil. A liberação do local para voos comerciais vale até que o Aeroporto de Porto Alegre seja reaberto e retome as operações normais. (RS)